
A Liberdade Econômica Como Fator Preponderante Para o Desenvolvimento Humano

Lucas Pedrosa*

Mestre em economia e especialista em gestão pública



I. Introdução

O desenvolvimento humano é um conceito multidisciplinar e, a depender da ótica da ciência que o estuda, pode ter diferentes definições. Para esta pesquisa, compreender-se-á sob a ótica econômica e social, através das quais ele é um processo de ampliação de liberdade das pessoas, isto é, a capacidade das pessoas possuírem maiores oportunidades ao seu dispor a respeito da vida que desejam ter. Grosso modo, o desenvolvimento humano pode ser definido pela expressão corriqueira “qualidade de vida”.

Pode-se inferir que o conceito de liberdade supracitado está abarcado na compreensão do economista indiano Amartya Sen (2010), que relaciona o conceito de renda como um meio para expandir as liberdades dos indivíduos – primordialmente relacionais com questões econômicas, pois esta é que concede aos indivíduos os meios para satisfação das suas necessidades, como alimentação, educação, habitação e saúde. Para o referido economista, o desenvolvimento consiste na eliminação das privações humanas de acesso à satisfação destas necessidades, podendo ser entendido como um processo de expansão das liberdades humanas. Assim, a abordagem do desenvolvimento social está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico.

Neste diapasão, a Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (2013, p. 23) postula:

O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para cada um exercer na plenitude seu potencial. Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da

renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam.

Outrossim, as análises do desenvolvimento humano geralmente se baseiam em três aspectos: longevidade, educação e renda. Para Batista (2018), de forma diversa da perspectiva do crescimento econômico que visualiza o bem-estar coletivo apenas pela ótica dos recursos ou renda, abordar o desenvolvimento humano é ter um olhar mais amplo para as pessoas, suas oportunidades e capacidades, dentro das quais o aspecto econômico exerce influência significativa, mas não responde inteiramente pelo fenômeno.

Tendo em vista que o argumento a respeito do desenvolvimento humano está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico, sendo este o principal impulsionador daquele, salienta-se da necessidade de se fazer uma breve revisão das causas do desenvolvimento econômico.

O debate sobre os fatores relevantes para o desenvolvimento econômico e social tem como uma de suas raízes modernas a revolução capitalista decorrente dos processos de criação de Estados-nação (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Nos modelos produtivos pré-capitalistas, o excedente econômico era algo de difícil escalonamento, resultando do fato de que a riqueza da nobreza geralmente era produto da extração servil de força de trabalho, como no escravismo ou feudalismo. O capitalismo abriu portas para que o desenvolvimento pudesse acontecer numa velocidade nunca vista, dentro de um sistema de trocas de mercado, no qual a riqueza tende a ser oriunda da exploração econômica de empreendimento e não do espólio generalizado.

Assim, sob a ótica capitalista, a riqueza não é um fenômeno de “soma zero” – diferentemente dos demais sistemas produtivos, nele é possível que uma

pessoa enriqueça sem necessariamente incorrer em pobreza de outra pessoa. Nesse sistema, é possível haver o crescimento social da riqueza – exemplos disso são os países desenvolvidos mundo afora que sob a lógica capitalista elevou o padrão médio de vida de toda a sua população.

Salienta-se que o desenvolvimento econômico possui forte relação com o incremento na qualidade de vida da sociedade, isto é, seu desenvolvimento humano ou social. Ou seja, países que possuem um elevado índice de desenvolvimento econômico têm a sua população com maiores níveis de qualidade de vida (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998; OLIVEIRA, 2002).

Todavia, nem sempre o crescimento econômico pode ser traduzido em melhorias da qualidade de vida. Muitas vezes esse desenvolvimento pode resultar de piora dessa qualidade. Desta forma, há fatores que elevam o PIB de uma nação, mas em contraposição pioram a qualidade de vida. Por exemplo, um aumento do uso de combustíveis fósseis por uma sociedade tende a aumentar o PIB desse país, mas em contraposição aumenta-se a poluição, o que pode piorar a qualidade de vida. Outro exemplo seria um aumento substancial da venda de veículos particulares que pode incrementar a riqueza de um povo, mas isso tenderá a gerar maiores engarrafamentos, piorando a vida geral. Também podemos ressaltar situações mais práticas, quando o crescimento desenfreado da desigualdade, ainda que com desenvolvimento econômico, gera algum tipo de convulsão social com menos acesso das camadas mais pobres da população ao sistema de saúde ou à educação, ou, ainda a um surto de criminalidade.

De fato, em regra, incrementos no total de riqueza produzida por uma nação tendem a elevar o nível de qualidade de vida da população, impactando positivamente o desenvolvimento humano. Contudo, olhar as coisas somente da ótica econômico-financeira pode resultar em políticas públicas deficientes, que a despeito de gerarem

mais riqueza, pioram a vida da sociedade. Assim, não necessariamente maior desenvolvimento econômico acarreta em crescimento do desenvolvimento humano e social. Por isto, esse desenvolvimento econômico precisa vir subsidiado de políticas públicas geradoras de desenvolvimento social.

De acordo com a literatura econômica, os promotores do desenvolvimento econômico são inúmeros. Eles, em seu conjunto, em termos técnicos, objetivam compreender como os fatores de produção atuam para o crescimento da economia. Um dos modelos mais conhecidos na literatura é o de Solow, que, na sua forma básica, coloca o produto interno bruto (isto é, o conjunto de todos os bens e serviços produzidos internamente em um território num determinado tempo – PIB) como função de capital e trabalho. Para Solow (1956; 1957) o progresso técnico (inovações) e crescimento populacional são exógenos ao modelo. O autor ainda tipifica que a maior parte do crescimento do produto se deve a aumentos de produtividade. Pelo modelo de desenvolvimento de Solow, o principal mecanismo que garante o crescimento da produtividade é o avanço tecnológico, que foi chamado pelo autor de “resíduo” ou “a medida da nossa ignorância”.

Outrossim, condições propícias para o avanço tecnológico (compreendendo esse termo do ponto de vista econômico – avanço para modelos mais produtivos) são fundamentais para que ele ocorra. Neste íterim se situa o que se chama de “aparato institucional” ou “boas regras do jogo” – o conjunto de regras e instituições que governam um país impactam relevantemente no desenvolvimento econômico. Estados com aparato institucional deficiente tendem a ter uma menor capacidade de crescimento. Assim, mesmo que um país tenha o mesmo estoque de capital que outro, isso não necessariamente significa que ambos terão o mesmo nível de desenvolvimento. A experiência mostra que lugares onde há boas regras institucionais

apresentam um crescimento mais robusto que os demais, sendo este fator fundamental para o desempenho do nível de liberdade econômica, dirimindo incertezas e provendo a infraestrutura necessária para o dia a dia da sociedade (NORTH, 1993; BATISTA, 2018).

Em meio ao espectro institucional, para além de questões de segurança jurídica, instituições de segurança pública e marcos regulatórios, pode-se avaliar que um aspecto de boas regras do jogo relevante para o desenvolvimento é o grau de liberdade econômica de um Estado. Pesquisas do instituições internacionais são desenvolvidas relacionando liberdade econômica com desenvolvimento humano, mostrando que ela, além de impulsionar o desenvolvimento econômico, abre caminhos para que a sociedade possa gozar das mais amplas liberdades individuais (BATISTA, 2018). Tais relações são comprovadas como positiva para o desenvolvimento humano pelos estudos a serem destacados na revisão da literatura desta pesquisa.

Tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, cabe fazer uma breve revisão de desigualdades, assim como o potencial impacto que suas reduções podem ter no desenvolvimento humano. Segundo Dedecca e Trovão (2020), a desigualdade pode ser vista de duas dimensões – a econômica e a social. Pela primeira, ela relaciona-se aos aspectos de renda e patrimônio; pela segunda, às condições de acesso aos bens e políticas públicas como fonte de bem-estar social.

Ademais, é possível verificar a interconexão entre os tipos de desigualdades, pois uma acaba resultando da outra, afinal desigualdade econômica gera desigualdade social e vice-versa. Assim, ao referir-se nesse trabalho à desigualdade social, estar-se-á tratando das duas dimensões da desigualdade.

Por conseguinte, está enraizado na crença social e no “*mainstream*” acadêmico que a redução das desigualdades é um dos fatores mais impactantes – senão o mais – no desenvolvimento humano, isto é, na melhora da qualidade de vida da sociedade

perpassando por acesso a melhores serviços de segurança, saúde e educação. Entretanto, a forma de se corrigir essas desigualdades sociais majoritariamente aceita é por meio da aclamada justiça social, por meio da qual se tributa os mais “ricos” e usa-se esse dinheiro para promover programas de repasse de renda para os mais pobres ou para ofertar serviços públicos de saúde e educação.

Outrossim, reitero a contenção da ampliação excessiva das desigualdades é fundamental para a estabilidade social. Aquela, ainda que com crescimento de renda para todos os estratos sociais, tende a gerar reações sociológicas dificilmente estimáveis, como tipos de convulsões sociais. Portanto, a contenção das desigualdades é fundamental tanto como uma forma de garantir acesso a melhores condições de vida pelos estratos econômicos menos favorecidos da população, tanto quanto do ponto de vista dos detentores de capital, uma vez que garantiria a manutenção perene do sistema capitalista no longo prazo, possibilitando que ele continue ao longo do tempo promovendo o crescimento econômico.

Entretanto, políticas de redução das desigualdades “a ferro e fogo” podem ter consequências sociais também danosas. A possibilidade do enriquecimento é a força motriz da inovação, do aumento da produtividade e do desenvolvimento econômico. Desta forma, a abaloamento dessa possibilidade resulta em limitações para a livre iniciativa, gerando no longo prazo um decréscimo geral da riqueza social. Desta forma, políticas de redução de desigualdades precisam ser pensadas considerando a necessidade de se manter o sistema capitalista operante ao mesmo tempo melhorando a vida dos mais pobres e preservando o bem-estar social.

Por conseguinte, os questionamentos deste trabalho são: Qual fator social é relevante para a melhora das condições de desenvolvimento humano? Qual o impacto das políticas de redução

de desigualdades implementadas e quais os efeitos mundiais da ampliação da liberdade econômica no desenvolvimento humano? Os debates nacionais e internacionais estão indo na direção certa ao identificar a redução das desigualdades como principal fator de melhora dos níveis de IDH dos seus países?

Por fim, o presente trabalho visa analisar o grau de influência da liberdade econômica e da desigualdade no desenvolvimento humano. Para isto, foram realizadas regressões lineares e estudos de correlação com variáveis referentes a essas medidas. A partir dos resultados desses procedimentos estatísticos foram feitas as considerações do estudo.

II. Revisão da Literatura

O conceito de desenvolvimento humano e a sua medida – o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – foram apresentados em 1992 no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e com a colaboração de Amartya Sen.

Atualmente, o mundo inteiro se utiliza do conceito de IDH como medida do grau de desenvolvimento humano em um país. É conhecido por ser um indicador de fácil compreensão e mensuração e que transformar em um único número os requisitos de saúde (longevidade), educação (conhecimento) e renda (recursos ou padrão de vida).

Neste diapasão, o IDH intenta medir o grau de desenvolvimento nacional numa ampla perspectiva para além unicamente do PIB per capita – para isto, incorpora, para além da dimensão de renda, a longevidade e a educação, através de um cálculo aritmético (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005). Ainda, salienta-se que o conceito de desenvolvimento humano vai além das necessidades básicas, pois além da provisão de bens básicos, aquele diz respeito ao tema de

possibilidades ou liberdades de escolha (MANCERO, 2001; GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

Neste íterim, a liberdade de forma geral, incluindo aí a liberdade econômica, pode ter várias definições, dependendo do tipo de situação que é analisado. Para Hayek (1960), consiste no estado no qual o ser humano não está sujeito à coerção alheia. Para Gwartney e Lawson (2003), por sua vez, os principais elementos da dela são a liberdade de escolha, de competição e de proteção da propriedade. Ainda, para os referidos autores, quando há uma situação de liberdade econômica, os individuais decidirão sobre suas escolhas de produção com base nas vantagens percebidas subjetivamente.

Ainda referindo-se à liberdade econômica, Miller e Kim (2016) afirmam que ela é liberdade de alguém atuar no mercado tão livremente quanto limitada seja a atuação do estado. Ridderstedt (2014) conceitua um dos aspectos da liberdade econômica como o nível de abertura nacional para com o comércio internacional. Para Mises (1990), é o mercado em si, isto é, a liberdade de produzir, consumir, determinar o que deve ser produzido, quantidade, qualidade e destinatário. Ademais, para o mesmo autor, o governo não deve desempenhar como seu papel a produção, pois sua finalidade é servir como instrumento de regulação econômica, fiscalização das leis em sentido amplo.

A relação positiva entre liberdade econômica e desenvolvimento humano foi verificada em diversos trabalhos. Doucouliagos (2005) estudou diversas publicações que analisam as relações entre liberdade econômica e desenvolvimento econômico, verificou que a liberdade econômica é essencial para performance econômica de um país, influenciando indiretamente a evolução do capital humano. Miller e Kim (2017) advogam que esta liberdade torna possível a prosperidade das pessoas, criando um ambiente democrático e profícuo para demais facetas da liberdade.

Gwartney e Lawson (2004) enumeraram as dez

principais consequências da liberdade econômica: taxa de crescimento econômico maior; maior investimento per capita; produtividade do investimento majorada; menor pobreza; melhor distribuição de renda; maior longevidade; melhoras na vida das crianças (redução da mortalidade infantil); maior desenvolvimento humano em termo de saúde, educação, padrão de vida e outras medidas de bem-estar; e a democracia é fortalecida.

Nikolaev (2014) concluiu em sua pesquisa que liberdade econômica é forte e positivamente correlacionada com a maioria dos indicadores de qualidade de vida. Ainda, o autor verificou que majorações na liberdade econômica provoca elevações no desenvolvimento humano no curto e longo prazo.

Okunlola e Ayetigbo (2021) avaliaram o grau de impacto da liberdade econômica no desenvolvimento humano. Os pesquisadores concluíram que aquela exerce um efeito positivo e de longo prazo neste e nos seus indicadores. Assim, promover melhores em questões como direitos de propriedade, liberdade financeira, comércio internacional provoca melhorias no desenvolvimento humano.

Neste diapasão, Stroup (2007) revela na sua pesquisa que países com maior liberdade econômica possuem uma maior taxa de alfabetização, maior expectativa de vida (longevidade), menor mortalidade e maior qualidade no sistema preventivo de saúde. Akhter (2004) conclui que liberdade econômica tem um efeito positivo no desenvolvimento humano. Ademais, várias outras pesquisas verificam essa relação sendo positiva, como as de Norton (1998); Grubel (1998); Ayal e Karras (1998); Bengoa e Robles (2003); e Corbi e Menezes (2007).

Neste íterim, verifica-se que a literatura é robusta evidenciando os efeitos da liberdade econômica nos níveis de desenvolvimento humano, enquanto que os efeitos das políticas de redução de desigualdades são mais presumidos como efetivos do que de fato

verificados analiticamente.

III. Metodologia

Para obtenção dos resultados dessa pesquisa, coletou-se a série histórica do IDH mundial; do índice GINI como medida de desigualdade e estimativas da renda ou despesa do quintil mais rico (quinto da população) como uma parcela da receita ou despesa total; do Índice de Liberdade Econômica (ILE) da Heritage; e do PIB per capita. De posse desses dados, foram realizadas regressões lineares entre os índices, testes estatísticos e cálculos de correlação. A análise contou com dados entre 80 (oitenta) e 90 (noventa) países, a depender da regressão. As regressões foram cross-section, com toda a série de dados referente ao ano de 2018, exceto o ILE que é de 2021.

As hipóteses investigadas foram: Há relação entre a desigualdade social e a pobreza? Há relação entre a qualidade de vida (Desenvolvimento Humano) e a desigualdade? Há relação entre a qualidade de vida (Desenvolvimento Humano) e a pobreza? A liberdade econômica está relacionada à pobreza ou ao Desenvolvimento Humano?

Os testes estatísticos feitos foram correlação de Paramétrica (Pearson), com 95% de nível de confiança; teste de Durbin Watson (Normalidade dos Resíduos); e ANOVA (Análise de Variância, teste F e valor de P).

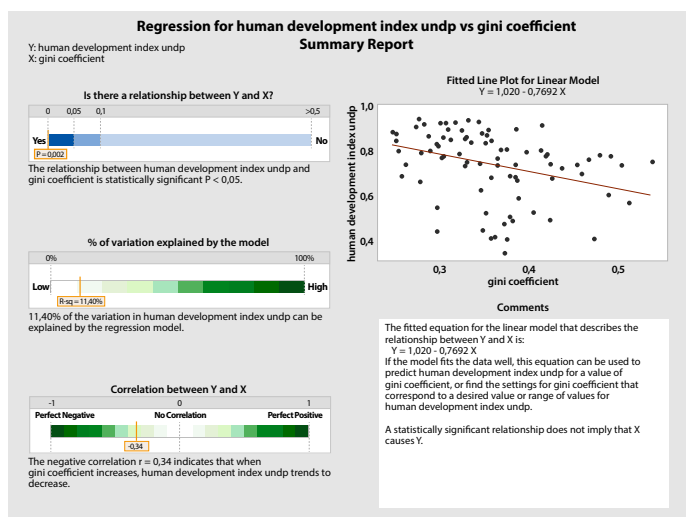
IV. Resultados

IV.A A desigualdade e seu impacto no desenvolvimento humano

Para verificar o impacto da desigualdade no desenvolvimento humano, fez-se uma regressão linear confrontando o IDH com o índice Gini.

| Figura 1 | Regressão IDH vs Gini

Fontes: Elaboração própria.



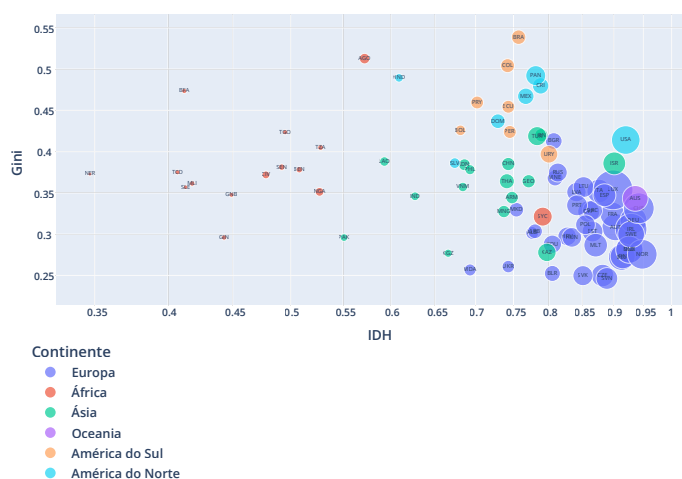
* Os resíduos têm distribuição normal, sem outliers

Pela Figura 1 nota-se que foi verificada uma relação inversamente proporcional (negativa) entre o IDH e o Gini, sendo o Gini a variável independente, isto é, a variável que muda de valor influenciando a variável dependente, neste caso o IDH. Essa relação negativa significa que quanto maior o índice Gini – ou seja, quanto maior a desigualdade – menor tende a ser o IDH. Assim, pode-se afirmar que a relação encontrada pode vir a suportar a ideia de que maiores níveis de desigualdade estão associados a menores níveis de desenvolvimento humano. Todavia, o coeficiente de determinação (R^2) no valor de 11,40% significa que a desigualdade explica somente 11,40% do IDH - pode-se dizer que a relação negativa entre o IDH e o Gini, apesar de existir, é fraca.

Correlacionando o IDH com o Gini para obter outras inferências:

| Figura 2 | Correlação IDH vs Gini

Fontes: Elaboração própria.



Para verificar o potencial impacto da desigualdade no desenvolvimento humano confrontando ainda com o desempenho do PIB per capita, chegou-se aos resultados de correlação abaixo:

| Figura 3 | Correlação IDH vs Gini vs PIB per capita

Fontes: Elaboração própria.

	gini coefficient	human development index undp	gdp per capita ppp constant 2017 international \$
gini coefficient	1,000000	-0,337664	-0,332262
human development index undp	-0,337664	1,000000	0,782566
gdp per capita ppp constant 2017 international \$	-0,332262	0,782566	1,000000

Na Figura 2 conjugada com a Figura 3, os países com alto IDH e baixo Gini são representados pelo bloco europeu, corroborando com a conclusão de que desigualdade menor anda em conjunto com IDH maior. Todavia, contrariando a referida consideração, países da América Latina como Brasil, Equador, Colômbia, México, Costa Rica e Panamá, apesar de estarem localizados numa faixa relativamente alta de IDH – embora não tão altos quanto os europeus, possuem um Gini alto também, contrariando a hipótese de que necessariamente alto IDH e baixo Gini caminham juntos.

Pode-se inferir desta correlação a possibilidade também da situação que quando o IDH sobe, a desigualdade tende a ser atenuada. Assim, a relação IDH vs desigualdade teria que ser vista como o

IDH sendo a variável explicativa e o seu aumento impactando na redução de desigualdades. Desta forma, podemos, portanto, ter uma relação bilateral entre ambos os índices – IDH influenciando Gini e vice-versa. Tal hipótese poderia ser melhor verificada com uma técnica de Vetores Autorregressivos – VAR num trabalho posterior.

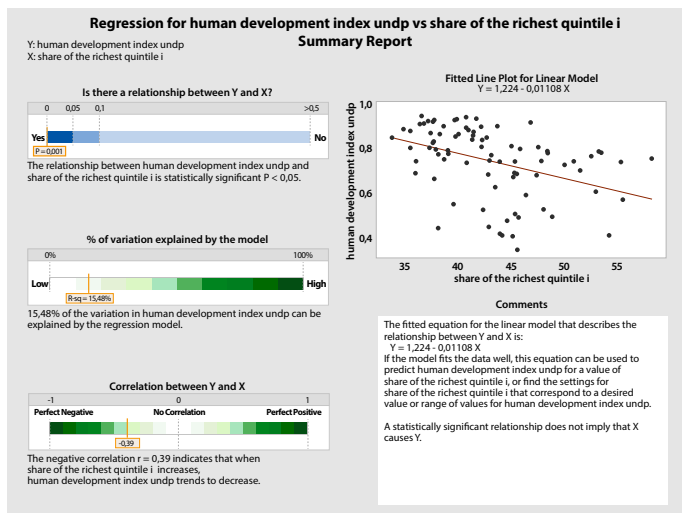
A correlação entre IDH e PIB per capita é positiva em aproximadamente 78,26%. Isso pode indicar que o PIB per capita influencia de forma forte e positivamente o IDH. A partir dessa conclusão, pode-se inferir que o crescimento do IDH tende a ser profundamente ligado ao desenvolvimento econômico, conforme a literatura econômica indica.

IV.B Relações entre IDH, renda dos mais ricos e mais pobres

Segue abaixo regressão linear do IDH vs a participação do quintil mais rico da população na renda, com esta sendo a variável explicativa ou independente.

| Figura 4 | Regressão IDH vs renda dos mais ricos

Fontes: Elaboração própria.



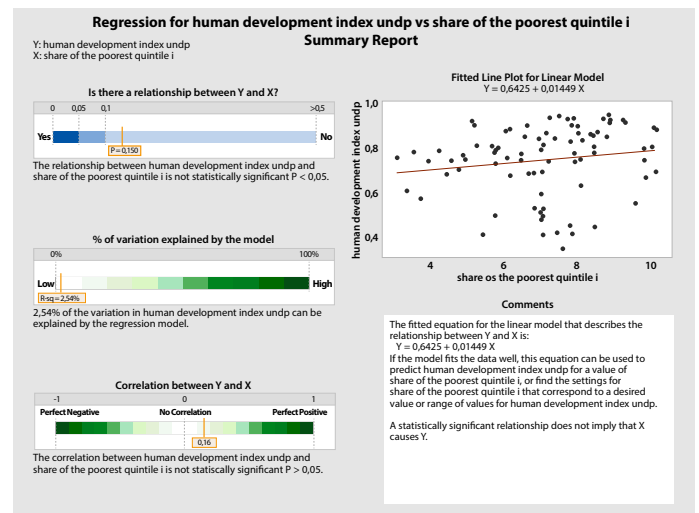
* Os resíduos têm distribuição normal, sem outliers

Nota-se que a relação entre o IDH e a parcela da renda nacional nas mãos do quintil mais rico é negativa, isto é, quanto maior a participação do quintil mais rico da população na renda nacional, menor tende a ser o IDH. Todavia, o grau de impacto é relativamente baixo (relação fraca) nesta variável, com o coeficiente de determinação de 15,48% - sendo esta a porcentagem do IDH explicada pela renda dos mais ricos.

Fazendo regressão linear similar, mas considerando a participação na renda do quintil mais pobre da população, obtém-se:

| Figura 5 | Regressão IDH vs renda dos mais pobres

Fontes: Elaboração própria.



* Os resíduos têm distribuição normal, sem outliers

Percebe-se que a relação entre o IDH e a parcela da renda nacional nas mãos do quintil mais pobre não pode ser inferida estatisticamente, por conta do alto p-valor e do baixíssimo coeficiente de determinação (2,54%). Desta forma, não se pode inferir relação negativa ou positiva nesse caso, podendo-se considerar a participação do quintil mais pobre na renda nacional tecnicamente irrelevante para o desempenho do IDH.

Consubstanciado o interpretados das Figuras de 1 a 5, pode-se considerar que, no que se refere aos dados dessa pesquisa, a desigualdade social impacta negativamente, mas de forma fraca, o

desenvolvimento humano.

IV.C A liberdade econômica e sua relação com a desigualdade

Fazendo a correlação dos coeficientes Gini com componentes da liberdade econômica em particular, como a liberdade de investimento, crescimento do PIB, saúde das contas públicas, segurança jurídica, liberdade trabalhista, liberdade comercial e direitos de propriedade, conforme Figura 6:

[Figura 6 | Correlação Gini vs variáveis componentes do índice de liberdade econômica.

Fontes: Elaboração própria.

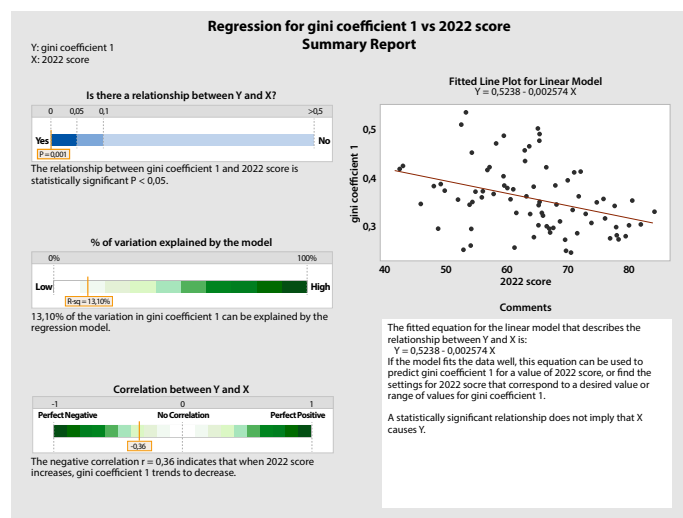
	gini coefficient
govt spending	0.473843
tariff rate %	0.434039
corporate tax rate %	0.309957
unemployment %	0.218671
tax burden	0.193780
inflation %	0.183335
gdp billions ppp	0.108351
population millions	0.082446
public debt % of gdp	0.005522
income tax rate%	-0.088112
5 year gdp growth rate %	-0.111067
gdp growth rate %	-0.111875
financial freedom	-0.184260
investment freedom	-0.201415
labor freedom	-0.216198
monetary freedom	-0.219173
fiscal health	-0.308074
judicial effectiveness	-0.342318
2022 score	-0.361876
tax burden % of gdp	-0.364690
business freedom	-0.367599
gdp per capita ppp	-0.371858
trade freedom	-0.414140
property rights	-0.421332

Com praticamente todos os indicadores que dizem respeito à liberdade econômica, o índice Gini é inversamente correlacionado – quanto menor o desempenho do indicador de liberdade econômica, maior o Gini, chegando-se a correlações negativas na ordem de aproximadamente 40% para liberdade comercial e direitos de propriedade. A partir disso pode-se levantar a possibilidade de baixa liberdade econômica estar associada a maiores níveis de desigualdade.

Fazendo uma regressão linear com o Gini e o Índice de Liberdade Econômica, sendo este a variável explicativa ou independente, obteve-se:

[Figura 7 | Correlação Gini vs variáveis componentes do índice de liberdade econômica.

Fontes: Elaboração própria.



* Os resíduos têm distribuição normal, sem outliers

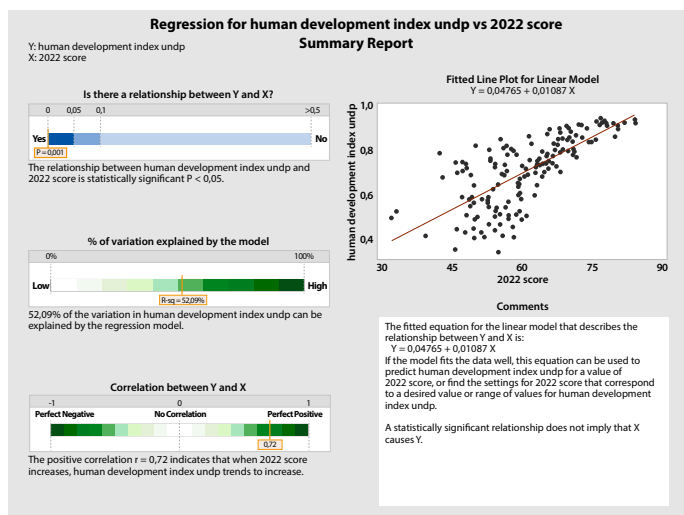
A regressão indica que a liberdade econômica está negativamente associada com a desigualdade social. Assim, em situações de maior liberdade econômica, menor tende a ser a desigualdade social. Apesar da relação ser negativa e indicar que o caminho da liberdade econômica impacta na redução de desigualdades, o coeficiente de determinação é de somente 13,10%, fazendo com que a relação inversa seja fraca.

IV.D A liberdade econômica como preponderante para o desenvolvimento humano

Fazendo uma regressão linear do IDH e do Índice de Liberdade Econômica, sendo este a variável explicativa ou independente, obteve-se:

| Figura 8 | Regressão IDH vs Índice de Liberdade Econômica.

Fontes: Elaboração própria.



* Os resíduos têm distribuição normal, sem outliers

A regressão indica que a liberdade econômica está positivamente associada com o IDH. Assim, o aumento da liberdade econômica tende a majorar o IDH. A relação, além de positiva, possui um coeficiente de determinação de 52,09%. Assim, diferentemente das relações entre desigualdade e IDH, nesse caso há uma forte relação. Isto é, mais da metade do aumento no nível de desenvolvimento humano pode ser explicado pela elevação da liberdade econômica de um país.

V. Considerações Finais

Tendo em vista o estudo e os testes realizados, conclui-se que a relação entre o desenvolvimento humano e a desigualdade é negativa, porém fraca. Assim, apesar da desigualdade atrapalhar o

desenvolvimento humano, não há evidências de que seja a variável mais importante para tal.

O grau de desenvolvimento humano de um país pode ser melhor explicado pelo nível de liberdade econômica dele, pois estatisticamente há uma relação forte entre essas variáveis. Ou seja, variáveis que assegurem a propriedade privada, segurança jurídica, menos impostos, menor gasto público e melhor ambiente de negócios possuem grau de influência significativo na qualidade de vida, na longevidade, na renda e na educação da sociedade.

Assim, o debate a respeito de redução de desigualdades, a despeito de seus méritos no quesito de justiça social, deixa a desejar nos seus fins – ele pouco eficiente na consecução do desenvolvimento humano, tendo baixo impacto. Em contraposição, a liberdade econômica, pouco debatida, tem um efeito muito mais forte no incremento do desenvolvimento humano.

Neste diapasão, salienta-se que as políticas públicas que visam a elevar o grau de desenvolvimento humano em um país deveriam antes buscar criar mecanismos que ampliem a liberdade econômica, em vez de somente focar nos aspectos atinentes à justiça social.

Referências

- AKHTER, S. H. Is globalization what it's cracked up to be? Economic freedom, corruption, and human development. *Journal of World Business* n. 39, pp. 283–295, 2004.
- AYAL, E. B.; KARRAS, G. Components of economic freedom and growth: an empirical study. *Journal of Developing Areas*, 32, p. 327-38, 1998.
- BATISTA, C. S. Liberdade econômica e desenvolvimento humano. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia e Mercados)-Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.
- BENGOA, M; ROBLES, B. S. Foreign direct investment, economic freedom and growth: new evidence from Latin America. Santander. *European Journal of Political Economy*. Vol. 19. p.529–545. 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.
- CORBI, R.; MENEZES, N. Liberdade econômica, liberdade política e felicidade, uma análise empírica de um painel de países. Rio de Janeiro. ANPEC, 2007.
- DEDECCA, C. S.; TROVÃO, C. J. B. M. Sobre desigualdades no Brasil: passado, presente e futuro. *RBEST - Revista Brasileira De Economia Social e do Trabalho*, 2, 2020.
- DOUCOULIAGOS, C. Publication bias in the economic freedom and economic growth literature. *Journal of Economic Surveys*, v. 19, n. 3, pp. 367-387, 2005.
- ESPOSTO, A.; ZALESKI, P. Economic freedom and the quality of life. *Constitutional Political Economy*, 10, p. 185-197, 1999.
- GRUBEL; H. Economic Freedom and Human Welfare: some empirical findings. *Cato Journal*. Vol. 18, No. 2. 1998.
- GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas pública – uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Recife, Brasil, vol. 7, núm. 1, pp. 73-90, maio 2005.
- GWARTNEY, J.; & LAWSON, R. The concept and measurement of economic freedom. Tallahassee: Florida State University; Capital University 2002.
- _____. *Economic freedom of the world*. 2002.
- _____. *Economic freedom of the world: 2017 annual report*. Vancouver: The Fraser Institute, 2017.
- _____. The concept and measurement of economic freedom. *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 19, n. 3, p. 405-430, sep., 2003.
- _____. *Ten Consequences of Economic Freedom*. The National Center for Policy Analysis, Dallas, Texas, 2004.
- HALL; J. R; Sobel. G; Crowley. *Institutions, Capital, and Growth*. Southern Economic Journal, 2010.
- HAYEK, F. A. V. *The constitution of liberty*. Chicago, University of Chicago Press, 1960.
- MANCERO, X. *La medición del desarrollo humano: elementos de un debate*. Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, 11, Santiago de Chile: Cepal, 2001.
- MILLER, T., & KIM, A. B. *Index of Economic Freedom*. Massachussets: Heritage Foundation, 2016.
- _____. *Index of Economic Freedom 2017. Annual Report*. Washington, 2017.
- MISES, L. V., *Money, method and the market process*. Norwell: Praxeology Press, 1990.
- NIKOLAEV. B. *Economic Freedom and Quality of Life: Evidence from the OECD's Your Better Life Index*. Oxford. The Journal of Private Enterprise, 2014.
- NORTH, D. C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- NORTON, S. W. *Poverty, property rights, and human well-being: a cross-national study*. *Cato Journal*, v. 18, n. 2, p. 233-45, 1998.
- OKUNLOLA, O. C.; AYETIGBO, O. A. *Economic Freedom and Human Development in ECOWAS: Does Political-Institutional Strength Play a Role?*

Journal of the Knowledge Economy, 2021.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

RIDDERSTEDT, I. Economic Freedom and Entrepreneurship : Conflicting Evidence. 2014.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. The Quarterly Journal of Economics, 70, n. 1, pp. 65-94, 1956.

_____. Technical Change and the Aggregate Production Function. The Review of Economics and Statistics, 39, n. 3, pp. 312-320, 1957.

STROUP, M. Economic Freedom, Democracy, and the Quality of Life. World Development. Austin: Elsevier. 2006.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.